Adami S.A. - Madeiras

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

KPDS 945135

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **3**

Balanços patrimoniais **7**

Demonstrações de resultados **8**

Demonstrações de resultados abrangentes **9**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto **11**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **12**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Adami S.A. - Madeiras

Caçador - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Adami S.A. - Madeiras (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Adami S.A. - Madeiras em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativos biológicos mensurados pelo valor justo menos despesas de venda

Consulte as notas explicativas 3.g e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto

A Companhia possui o montante de R$ 455.868 mil reconhecido como ativo biológico em 31 de dezembro de 2022. Os ativos biológicos são formados, principalmente, por florestas de pinus, normalmente utilizados no processo produtivo da Companhia, ou para comercialização à terceiros, e são mensurados ao valor justo deduzido das despesas de venda.
 	
A determinação do valor justo desses ativos contêm incertezas relacionadas às premissas utilizadas, na determinação dos fluxos de caixa futuros, em especial o preço médio líquido de venda, o índice de crescimento das florestas e a taxa de desconto.
 	
Mudanças nas premissas utilizadas para determinar o valor justo desses ativos podem impactar significativamente o montante da estimativa reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
 	
Pelos motivos acima mencionados, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.
	Nossos procedimentos de auditoria incluiram, mas não se limitaram a:
	
	• Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em mensuração de valores justos de ativos biológicos:
	  • do método, das premissas e dados utilizados na mensuração do valor justo dos ativos biológicos;
	  • das premissas da taxa de desconto, indicadores de crescimento das florestas e preço médio de venda da madeira;
	  • das premissas da Companhia, comparando-as com informações históricas disponíveis e com dados observáveis de mercado; e
	
	• Avaliação a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre premissas-chave mais sensíveis na mensuração do valor justo dos ativos biológicos incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
	
	No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes em relação ao valor justo do ativo biológico, indicando a necessidade de complemento de valor justo, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais.
	
	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos consideramos que os saldos de ativos biológicos e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 31 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Luis Claudio de Oliveira Guerreiro
Contador CRC-RJ 093679/O-1

Adami S.A. - Madeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	302.982	118.436	308.966	123.050
Aplicações financeiras	6	22.913	75.910	24.086	76.954
Contas a receber de clientes	7	333.888	273.451	335.045	273.451
Estoques	8	158.649	165.043	158.855	165.248
Impostos a recuperar	9	12.626	123.590	12.626	123.590
IRPJ e CSLL à recuperar	10	36.188	13.947	36.188	13.947
Ativos biológicos	11	161.065	114.681	161.065	114.681
Outras contas a receber		30.292	24.919	30.543	26.063
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	-	169	-	169
		1.058.603	910.146	1.067.374	917.153
Não circulante					
Impostos a recuperar	9	3.575	3.307	3.575	3.307
IRPJ e CSLL à recuperar	10	-	35.820	-	35.820
Depósitos judiciais	12	5.790	5.764	5.790	5.764
Dividendos a receber	14	1.096	4.232	1.096	4.232
Fundo de investimentos em direitos creditórios	27	-	9.494	-	9.494
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	4.369	747	4.369	747
Mútuos com partes relacionadas	19.b	38	3.444	38	3.444
Contas reserva BNDES		-	-	1.614	1.444
Investimentos	14	68.936	71.346	47.494	55.039
Ativos biológicos	11	294.803	341.262	294.803	341.262
Ativo de direito de uso	16	50.238	54.771	50.238	54.771
Imobilizado	15	481.263	461.480	528.501	509.889
		910.108	991.667	937.518	1.025.213
Total do ativo		**1.968.711**	**1.901.813**	**2.004.892**	**1.942.366**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante					
Fornecedores		101.885	90.877	102.162	91.142
Empréstimos e financiamentos	17	95.352	179.142	102.029	184.924
Debêntures	18	30.198	36.155	30.198	36.155
Salários e encargos sociais		22.779	21.388	22.779	21.388
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		15.425	57.007	15.425	57.007
Adiantamentos de clientes		2.355	3.092	2.355	3.092
Impostos e contribuições a recolher	20	23.074	7.391	23.304	7.563
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	7.665	2.199	7.665	2.199
Arrendamento mercantil	21	10.871	15.664	10.871	15.664
Outras contas a pagar		24.505	41.151	24.505	41.191
		334.109	454.066	341.293	460.325
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	219.127	236.803	248.124	271.097
Debêntures	18	136.218	174.664	136.218	174.664
Impostos e contribuições a recolher	20	376	705	376	705
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.a	118.927	155.447	118.927	155.447
Provisão para contingências	12	144.483	13.792	144.483	13.792
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	10.722	-	10.722	-
Arrendamento mercantil	21	28.177	36.414	28.177	36.414
Outras contas a pagar		38.275	34.811	38.275	34.811
		696.305	652.636	725.302	686.930
Patrimônio líquido	22				
Capital social		265.000	165.000	265.000	165.000
Ajustes de avaliação patrimonial		146.583	141.853	146.583	141.853
Reservas de lucros		526.714	488.258	526.714	488.258
		938.297	795.111	938.297	795.111
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.968.711**	**1.901.813**	**2.004.892**	**1.942.366**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Adami S.A. - Madeiras

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	**2021**	**2022**	**2021**
Receita operacional líquida	23	1.541.689	1.347.154	1.555.294	1.357.880
Custo dos produtos vendidos	24	(840.688)	(693.361)	(841.365)	(697.165)
Lucro bruto		701.001	653.793	713.929	660.715
Outras (despesas) receitas operacionais					
Vendas	24	(249.975)	(184.411)	(249.975)	(184.411)
Administrativas	24	(87.305)	(76.411)	(90.070)	(79.105)
Resultado da equivalência patrimonial	14	9.747	13.252	4.612	13.180
Outras receitas e despesas	25	(125.289)	(3.377)	(125.290)	(3.377)
Lucro antes do resultado financeiro		248.179	402.846	253.206	407.002
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	111.630	71.787	112.543	72.167
Despesas financeiras	26	(172.300)	(160.327)	(177.525)	(164.416)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		187.509	314.306	188.224	314.753
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	41.209	(29.494)	41.209	(29.494)
Imposto de renda e contribuição social corrente	13.b	(88.399)	(24.658)	(89.114)	(25.105)
Lucro líquido do exercício		140.319	260.154	140.319	260.154
Lucro líquido por ação - básico de diluído				**1,05**	**1,21**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Adami S.A. - Madeiras

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	**2021**	**2022**	**2021**
Resultado do exercício		140.319	260.154	140.319	260.154
Hedge accounting	28.b	(13.792)	(19.316)	(13.792)	(19.316)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.690	6.567	4.690	6.567
Resultado abrangente do exercício		131.217	247.405	131.217	247.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Adami S.A. - Madeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial			
	Nota	**Capital social**	**Legal**	**Retenção**	**Lucros a realizar**	**Custo atribuído**	**Hedge accounting**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		165.000	2.808	128.865	165.615	158.294	(21.851)	-	598.731
Distribuição dividendos	22.b			(12.600)					(12.600)
Realização do custo atribuído líquido de tributos						(7.339)		7.294	(45)
Realização da reserva de lucros à realizar de ativos biológicos	11.b				(42.987)			42.987	-
Transferência para lucros a realizar de ajuste a valor justo com ativos biológicos	11.b				128.298			(128.298)	-
Hedge accouting líquido de tributos	28.b						12.749		12.749
Resultado do exercício								260.154	260.154
Destinações:									
Reserva legal	22.b		13.008					(13.008)	
Dividendos obrigatórios	22.c							(49.935)	(49.935)
Juros sobre o capital próprio								(13.943)	(13.943)
Constituição de reservas de retenção				105.251				(105.251)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		165.000	15.816	221.516	250.926	150.955	(9.102)	-	795.111
Aumento de capital		100.000		(100.000)					-
Distribuição dividendos	22.b			(32.148)					(32.148)
Reversão de distribuição de dividendos				52.381					52.381
Realização do custo atribuído líquido de tributos						(4.372)		4.372	
Realização da reserva de lucros à realizar de ativos biológicos	11.b				(57.840)			57.840	
Transferência para lucros a realizar de ajuste a valor justo com ativos biológicos	11.b				62.748			(62.748)	
Hedge accouting líquido de tributos	28.b						9.102		9.102
Lucro líquido do exercício								140.319	140.319
Destinações:									
Reserva legal	22.b		7.016					(7.016)	
Juros sobre o capital próprio								(26.468)	(26.468)
Constituição de reservas de retenção				106.299				(106.299)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		265.000	22.832	248.048	255.834	146.583	-	-	938.297
						-			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Adami S.A. - Madeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		140.319	260.154	140.319	260.154
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado Instrumentos financeiros derivativos não realizados		12.735	(4.758)	12.735	(4.758)
Depreciação e amortização		35.833	33.740	37.249	35.157
Exaustão	11	102.704	76.306	102.704	76.306
Impostos diferidos		(41.209)	29.493	(41.209)	29.493
Variações monetárias e juros não realizados		97.698	84.081	102.891	88.500
Resultado na venda de ativos imobilizados		(1.347)	(2.232)	(1.347)	(2.232)
Variação valor justo dos ativos biológicos	11	(86.999)	(192.133)	(86.999)	(192.133)
Equivalência patrimonial	14	(9.747)	(13.252)	(4.612)	(13.180)
Outras provisões		139.685	22.478	139.685	22.478
		389.672	293.877	401.416	299.785
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(60.437)	(141.104)	(60.647)	(141.146)
Estoques		6.469	(85.091)	6.466	(85.095)
Impostos a recuperar		124.275	(15.325)	124.275	(15.325)
Outras contas a receber		10.637	(879)	10.416	(943)
Fornecedores		11.008	18.269	11.021	17.583
Impostos e contribuições a recolher		15.354	3.593	15.412	3.605
Outras contas a pagar		(53.123)	22.578	(53.163)	22.245
Aplicações financeiras		52.997	27.675	52.868	27.631
Recebimentos de dividendos		13.500	12.500	13.500	12.500
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		510.352	136.093	521.564	140.840
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de imobilizado	15	(53.244)	(22.258)	(53.491)	(22.429)
Adições de ativos biológicos	11	(15.630)	(8.526)	(15.630)	(8.526)
Aquisições de investimentos	14	(206)	(695)	(206)	(695)
Pagamento de mútuo de coligadas		-	-	-	-
Redução de Capital de coligada		2.500	1.250	2.500	1.250
Recebimento de mútuo de coligadas		-	-	-	-
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado		1.620	3.145	1.620	3.145
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(64.960)	(27.084)	(65.207)	(27.255)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		(43.850)	(21.600)	(43.850)	(21.600)
Empréstimos tomados	17	194.398	64.237	194.398	64.237
Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	17	(323.332)	(184.333)	(332.927)	(191.339)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	28.c	16.190	4.927	16.190	4.927
Liquidação de derivativos	28.c	(15.456)	(11.038)	(15.456)	(11.038)
Debêntures emitidas	18	-	150.000	-	150.000
Pagamentos de debêntures (principal e juros)	18	(68.110)	(43.953)	(68.110)	(43.953)
Pagamento de arrendamento mercantil (principal e juros)	21	(20.686)	(16.562)	(20.686)	(16.562)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos		(260.846)	(58.322)	(270.441)	(65.328)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		184.546	50.687	185.916	48.257
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		118.436	67.749	123.050	74.793
No fim do exercício		302.982	118.436	308.966	123.050
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		184.546	50.687	185.916	48.257
		-		-	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Adami S/A. Madeiras (Companhia) é uma Companhia de capital fechado com sede na cidade de Caçador (SC), Rua Nereu Ramos, 196, Centro. Tem por objetivo social a industrialização e comercialização de madeiras e seus derivados; a fabricação e comercialização de embalagens em geral; a fabricação, beneficiamento e comercialização de papel e papelão; fabricação e comercialização de pasta mecânica e química de madeira; a agro-pecuária; o reflorestamento e florestamento; o comércio, importação, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, em seus estados in natura, brutos, beneficiados ou industrializados, a prestação de serviços de instalação de produtos de madeira em obras civis, e a participação em outras sociedades.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BR GAAP.

As demonstrações financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa 11 - Ativos biológico.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação de 100% no capital da Chapecozinho Energética S.A. que é uma pequena central hidrelétrica (PCH) com capacidade de geração de energia de 10,6 MW.

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e investimentos controlados em conjunto.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia o direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na Companhia investida.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e sua controlada pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes de conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

  Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

  No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e sua controlada podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

  Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

  Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio
  A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de sua controlada;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

  As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia e sua controlada desreconhem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros
A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia e sua controlada mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

No início da relação de hedge, para a adoção do "*Hedge Accounting*", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de hedge. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de "*Hedge Accounting*" é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edificações	10 a 80 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 20 anos
Móveis, utensílios e instalações	10 a 20 anos
Veículos	3 a 15 anos
Equipamentos de processamento de dados	10 anos
Outros ativos fixos	5 anos

Pela adoção do custo atribuído, assim como requerido pela interpretação técnica ICPC 10 e pelo CPC 27, a Companhia assumiu, em 1º de janeiro de 2009, a vida útil reavaliada para os ativos imobilizados que tiveram seu custo alterado pela adoção do custo atribuído.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A madeira em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

h. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(i) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

(ii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

(iii) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor para arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e sua controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

l. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada pela Companhia com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos das operações com derivativos;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado;

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

o. Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

A Administração vem acompanhando os pronunciamentos que já foram emitidos, porém terão vigência somente a partir de 1º de janeiro de 2022 e concluiu que não deverá trazer impactos significativos sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

b. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Ativos financeiros não derivativos

O valor justo de contas a receber de clientes por representar valores que serão recebidos no curto prazo, está representado pelo valor contábil. Os mútuos com partes relacionadas são avaliados no momento inicial pelo valor contratual, o qual é equivalente ao valor presente. Sobre estes montantes não existem riscos de crédito.

b. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

c. Ativos biológicos

Referem-se às florestas de pinus mantidas pela Companhia para atividade madeireira e produção de papel e embalagens de papelão ondulado, são mensuradas a custo histórico até o sexto ano, e valorizados a valor justo as florestas com ciclo maior que sete anos, pelo preço de mercado.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Avaliado a valor justo com base em informações da instituição financeira contraparte.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Caixa e bancos	50.717	36.907	50.812	37.036
Aplicações financeiras	252.265	81.529	258.154	86.014
	302.982	118.436	308.966	123.050

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI entre 85% e 105% (89% a 109% em 2021) são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6 Aplicações financeiras

Aplicações financeiras referente a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI está vinculada a garantia de contratos de financiamentos e fiança bancária.

	Controladora		Consolidado	
Modalidade	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Certificados de Depósitos Bancários	4.181	34.242	5.354	35.286
Fundo de investimento	15.342	35.825	15.342	35.825
Ações	3.390	5.843	3.390	5.843
	22.913	75.910	24.086	76.954

7 Contas a receber de clientes

	Controladora e consolidado	
	2022	**2021**
No País	323.922	323.870
No Exterior	19.256	15.539
(-) Provisão da perda de crédito esperada	(8.133)	(6.911)
(-) Recebíveis cedidos ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (nota explicativa 27)	-	(59.047)
	335.045	273.451

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2022	**2021**
A vencer	323.319	259.374
Vencidos há 30 dias	12.379	15.183
Vencidos de 31 a 60 dias	446	892
Vencidos de 61 a 90 dias	420	27
Vencidos de 91 a 180 dias	453	13
Vencidos há mais de 180 dias	6.161	4.873
	343.178	280.362
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(8.133)	(6.911)
	335.045	273.451

Movimentação da perda de crédito esperada

A Companhia e sua controlada realizam o acompanhamento do valor realizável do seu contas a receber de clientes, levando em consideração a necessidade de provisão para possíveis perdas decorrente do não recebimento das duplicatas. As despesas com a constituição de provisão para perda de crédito esperada foram registradas na demonstração de resultado.

A movimentação da perda de crédito esperada é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2022	**2021**
Saldo inicial no início do exercício	6.911	5.766
Adições	1.222	1.158
Baixas por recebimento	-	(13)
Saldo no final do exercício	8.133	6.911

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e sua controlada possuem duplicatas a receber de clientes dadas em garantia de empréstimos e financiamento no montante R$ 21.459.

8 Estoques

	Consolidado	
	2022	**2021**
Matérias-primas e materiais auxiliares	77.189	76.818
Almoxarifado	42.880	38.082
Produtos acabados-madeira	17.505	30.707
Produtos acabados-embalagem	5.330	5.961
Produtos em elaboração	1.279	1.215
Outros	14.672	12.465
	158.855	165.248

A Companhia e sua controlada realizam o acompanhamento do valor realizável dos estoques, levando em consideração a necessidade de provisão para perdas decorrente do menor valor entre o valor líquido de custo e o valor líquido realizável.

Garantias
Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e sua controlada não possuem estoques dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

9 Impostos à recuperar

	Controladora e consolidado	
	2022	**2021**
ICMS a recuperar	5.426	5.247
IPI a recuperar	5.972	18.050
PIS e COFINS a recuperar	152	101.783
Outros impostos a recuperar	4.651	1.817
	16.201	126.897
Circulante	12.626	123.590
Não circulante	3.575	3.307

A variação decorre principalmente dos créditos relativos a ação judicial da exclusão do ICMS da Base de cálculo do Pis e Cofins, que transitou em julgado a favor da companhia em 15 de abril de 2019, e que foram integralmente compensados no exercício de 2022.

10 IRPJ e CSLL à recuperar

	Controladora e consolidado	
	2022	**2021**
IRPJ e CSLL a recuperar	36.188	49.767
Circulante (a)	36.188	13.947
Não circulante	-	35.820

(a) O saldo de IRPJ e CSLL à recuperar refere-se a processo judicial protocolado em 17/11/2020, onde a Companhia solicitou a Exclusão do IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic utilizada na atualização dos créditos de ações judiciais e impostos recolhidos à maior a partir do período de novembro de 2015. A ação transitou em julgado em 22/11/2022. O crédito foi apurado e encontra-se em fase de habilitação, e a Companhia estima coompensar o saldo de R$ 36.188 até dezembro de 2023.

11 Ativos biológicos - controladora e consolidado

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio principalmente de pinus para abastecimento de matéria- prima na atividade madeireira, produção de portas e produção de papel e embalagens de papelão ondulado. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo.

a. Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

(i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foi *Income Approach* com exaustão da floresta em um ciclo, e corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros líquidos esperado do ativo, descontado a uma taxa de desconto corrente do mercado florestal regional, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo Médio Ponderado de Capital (*Weighted Average Capital Cost* – WACC). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;

(iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio Anual). São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;

(iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados no mercado de Santa Catarina, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;

(vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;

(vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos anuais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

Controladora e consolidado		
Premissa	**Em 2022**	**Impacto no valor justo dos ativos biológicos**
Área plantada aplicada ao valor justo (hectare)	12.486	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Taxa de desconto - %	12,06%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Preço médio líquido de venda (m³ - em reais)	R$ 137,2	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

As principais premissas, taxa de desconto, preço de venda e IMA, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade onde aumentos ou reduções nessas premissas geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

b. As principais movimentações no exercício são demonstradas abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**332.330**
Novas plantações	8.401
Aquisições	125
Baixas	(740)
(-) Exaustão (i)	(76.306)
Ajuste ao valor justo (ii)	192.133
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**455.943**
Novas plantações	14.146
Aquisições	1.484
Baixas	-
(-) Exaustão (i)	(102.704)
Ajuste ao valor justo (ii)	86.999
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**455.868**
Circulante	161.065
Não circulante	294.803

(i) Do valor total exaurido, o montante de R$ 87.636 (R$ 65.132 em 2021), o qual líquido dos efeitos tributários corresponde a R$ 57.840 (R$ 42.987 em 2021), refere-se a exaustão da parcela do ajuste de valor justo das florestas e foram realizados da reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.

(ii) Os valores de ajuste ao valor justo, líquidos dos efeitos tributários resultaram em R$ 62.748 (R$ 128.298 em 2021) foram contabilizados no resultado do exercício na rubrica custo dos produtos vendidos e foram transferidos para reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo.

O ativo biológico classificado no circulante corresponde a estimativa da Administração para a extração de árvores em 2023.

c. Ativos biológicos cedidos em garantia

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua controlada não possuem florestas dadas em garantia de empréstimos e financiamentos.

12 Depósitos judiciais e provisão para contingências

	Controladora e consolidado	
Depósitos judiciais	**2022**	**2021**
Tributários	5.442	5.442
Trabalhista	248	222
Cíveis	100	100
	5.790	5.764
Provisão para contingências		
Trabalhista	1.017	1.092
Tributária (i)	143.284	12.700
Cíveis	182	-
	144.483	13.792

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos fiscais, tributários e trabalhistas contra os quais foram interpostos recursos, a probalilidade de perda foi avaliada pelos assessores jurídicos que patrocinam as ações.

(i) refere-se substancialmente à constituição de provisão de créditos de IPI sobre ação judicial de aquisições de produtos isentos, não tributados e com alíquota zero, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) conforme divulgado na nota explicativa 29.

Contingências possíveis

A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos, que se encontram em diversas instâncias, referentes a questões tributárias e trabalhistas oriundas do curso normal de seu negócio.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e sua controlada possuem processos no montante total estimado de R$ 92.924 (R$ 34.961 em 2021), cuja opinião dos consultores jurídicos é que o risco de perda é possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

13 Impostos de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora e consolidado	
	2022	**2021**
Ativo não circulante		
Provisão para contingências	49.063	4.689
Provisão para comissões	1.507	1.729
Provisão para *impairment* (nota explicativa 15)	4.299	4.366
Base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	-	-
Hedge accounting (nota explicativa 28.b)	-	4.689
Outras provisões temporárias	31.570	35.264
	86.439	50.737
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(68.424)	(70.502)
Ativo biológico (nota explicativa 11)	(123.495)	(123.711)
Reavaliação do ativo imobilizado realizada antes da adoção custo atribuído	(6.990)	(7.241)
Outras receitas temporárias	(6.457)	(4.730)
	(205.366)	(206.184)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(118.927)	(155.447)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são calculados sobre adições temporárias e sobre prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda. As diferenças temporárias serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem e os prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda estão baseados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e histórico de rentabilidade. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida, por corresponderem a mesma entidade tributária e por poderem ser compensados entre si.

b. Demonstração do imposto de renda e contribuição social no resultado – controladora

	2022	**2021**
Lucro antes dos impostos	187.509	314.306
Alíquota básica	34% -	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(63.752)	(106.864)
(Adições) e exclusões permanentes		
Juros sobre capital próprio	8.999	4.741
Equivalência patrimonial	(3.314)	(4.506)

Crédito processo judicial (nota explicativa 9.a e 10)	-	37.986
Outras (adições) exclusões	10.877	14.491
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(47.190)	(54.152)
Imposto de renda e contribuição social diferido	41.209	(29.494)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(88.399)	- (24.658)
Alíquota efetiva	(25%)	(17%)

14 Investimentos

	Passos Maia Energética S.A (a)	Chapecozinho Energética S.A (b)	Cia Bom Sucesso de Eletricidade (c)	Outros	Total 2022	Total 2021
Patrimônio líquido	78.280	20.222	17.502	-	116.004	73.786
Resultado do exercício	9.225	5.135	-	-	14.360	25.182
Participação no capital em %	50,00%	100,00%	32,09%			
Movimentação dos investimentos						
Saldos dos investimentos no início do exercício	46.891	16.307	6.419	1.729	71.346	71.690
Dividendos creditados/recebidos	(12.363)	-	-	-	(12.363)	(11.877)
Reversão de dividendos						369
Integralização de capital	-	-	206	-	206	406
Redução de capital						(2.500)
Aquisições						6
Resultado de equivalência patrimonial	4.612	5.135	-	-	9.747	13.252
Saldos dos investimentos no fim do exercício	39.140	21.442	6.625	1.729	68.936	71.346

(a) A PCH - Passos Maia é um Pequena Central Hidrelétrica com capacidade de geração de energia de 25 MW. De acordo com o CPC 19 (R2), a Companhia classificou seu investimento em negócios em conjunto como empreendimentos controlados em conjunto e o mantém avaliado por equivalência patrimonial.

(b) A PCH - Chapecozinho Energética é uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) na qual foram investidos R$ 45.000, o início das suas operações ocorreu em março de 2019. Esta PCH tem capacidade de geração de energia de 10,6 MW, por um período de concessão de 35 anos.

(c) A Companhia possui participação de 32,09% na coligada Cia. Bom Sucesso de Eletricidade, sendo esta uma unidade geradora de energia com capacidade de geração de 5,5 MW, e que fornece cerca de 30% de sua produção para a Adami S/A. - Madeiras. O restante da energia produzida é fornecida ao acionista controlador.

Os saldos dos investimentos nas coligadas Passos Maia Energética S.A. e Cia Bom Sucesso de Eletricidade, acrescido de outros investimentos, compõem o saldo de investimentos das demonstrações financeiras consolidadas.

15 Imobilizado

Movimentação do custo e depreciação - controladora

Movimentação do custo	**Terrenos**	**Edificações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis, utensílios e instalações**	**Veículos**	**Equipamentos de processamento de dados**	**Outros ativos fixos**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	178.620	158.399	478.127	3.712	7.128	6.881	6.218	24.607	863.692
Adições	-	27	5.779	435	1.053	823	1.717	11.429	21.263
Baixas	-	(481)	(8.563)	(367)	(311)	(257)	(763)	(225)	(10.967)
Transferências	-	11.013	6.641	24	-	-	219	(17.897)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	178.620	168.958	481.984	3.804	7.870	7.447	7.391	17.914	873.988
Adições	2.853	38	18.681	927	2.259	1.153	2.554	24.779	53.244
Baixas	-	-	(887)	(105)	(956)	(136)	(4.458)	(113)	(6.655)
Transferências	-	15.153	6.940	-	1.046	7	74	(23.220)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	181.473	184.149	506.718	4.626	10.219	8.471	5.561	19.360	920.577
Movimentação da depreciação									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	45.796	330.808	2.711	5.532	4.342	854	-	390.043
Depreciação no exercício	-	4.870	20.805	205	574	874	187	-	27.515
Baixas	-	(377)	(3.808)	(352)	(262)	(249)	(2)	-	(5.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	50.289	347.805	2.564	5.844	4.967	1.039	-	412.508
Depreciação no exercício	-	5.048	21.429	254	677	959	199	-	28.566
Baixas	-	-	(751)	(67)	(806)	(136)	-	-	(1.760)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	55.337	368.483	2.751	5.715	5.790	1.238	-	439.314
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	178.620	118.669	134.179	1.240	2.026	2.480	6.352	17.914	461.480
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	181.473	128.812	138.235	1.875	4.504	2.681	4.323	19.360	481.263

Movimentação do custo e depreciação - consolidado

Movimentação do custo	**Terrenos**	**Edificações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis, utensílios e instalações**	**Veículos**	**Equipamentos de processamento de dados**	**Outros ativos fixos**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	178.620	158.399	479.913	3.714	7.128	6.881	10.175	70.627	915.457
Adições	-	27	5.779	435	1.053	823	1.717	11.882	21.716
Baixas	-	(481)	(8.563)	(367)	(311)	(257)	(763)	(225)	(10.967)
Transferências	-	11.013	6.641	24	-	-	219	(17.897)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	178.620	168.958	483.770	3.806	7.870	7.447	11.348	64.387	926.206
Adições	2.853	38	18.704	928	2.259	1.153	2.554	25.000	53.489
Baixas	-	-	(887)	(105)	(956)	(136)	(4.458)	(113)	(6.655)
Transferências	-	15.153	6.940	-	1.046	7	74	(23.220)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	181.473	184.149	508.527	4.629	10.219	8.471	9.518	66.054	973.040
Movimentação da depreciação									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	45.796	333.201	2.711	5.532	4.342	854	-	392.436
Depreciação no exercício	-	4.870	22.221	205	574	874	187	-	28.931
Baixas	-	(377)	(3.808)	(352)	(262)	(249)	(2)	-	(5.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	50.289	351.614	2.564	5.844	4.967	1.039	-	416.317
Depreciação no exercício	-	5.048	22.845	254	677	959	199	-	29.982
Baixas	-	-	(751)	(67)	(806)	(136)	-	-	(1.760)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	55.337	373.708	2.751	5.715	5.790	1.238	-	444.539
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	178.620	118.669	132.156	1.242	2.026	2.480	10.309	64.387	509.889
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	181.473	128.812	134.819	1.878	4.504	2.681	8.280	66.054	528.501

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam propriedades vinculadas a fiança para garantir os empréstimos bancários.

Recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza uma análise de recuperabilidade de ativo imobilizado de acordo com o CPC 01- Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia identificou a necessidade de contabilização de provisão para perda de ativo imobilizado *(impairment)*. Atualmente a Companhia tem o valor de R$ 12.646 (R$ 12.840 em 2021), de provisão de impairment.

16 Ativos de direitos de uso – controladora e consolidado

Composição e movimentação

Controladora e consolidado

Ativo direito de uso	**Arrendamento de Terras**	**Ativos adquiridos p/ Leasing**	**Total**
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**19.292**	**62.689**	**81.981**
Adições	-	3.825	3.825
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**19.292**	**66.514**	**85.806**
Adições	3.214	-	3.214
Baixa	-	(850)	(850)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**22.506**	**65.664**	**88.170**

	Arrendamento de Terras	**Ativos adquiridos p/ Leasing**	**Total**
Depreciação			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(3.972)**	**(19.553)**	**(23.525)**
Depreciação no exercício	(2.048)	(5.462)	(7.510)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(6.020)**	**(25.015)**	**(31.035)**
Depreciação no exercício	(2.071)	(5.676)	(7.747)
Baixas	-	850	850
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(8.091)**	**(29.841)**	**(37.932)**
Valor contábil líquido			
Em 31 de dezembro de 2021	**13.272**	**41.499**	**54.771**
Em 31 de dezembro de 2022	**14.415**	**35.823**	**50.238**

Os ativos de direito de uso referem-se a terras para cultivo de florestas cujos contratos de arrendamento possuem o prazo médio de 18 anos, e máquinas e equipamentos para uso na operação com vida útil entre 3 e 5 anos.

A Companhia possui como prática a realização de avaliação de *impairment* dos contratos vigentes, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado a necessidade de constituir a provisão de *impairment* para os contratos vigentes.

17 Empréstimos e financiamentos

Controladora

Moeda nacional:	**Encargos em 2022**	**2022**	**2021**
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 5,9% a 7,18% a.a. + TLP	-	16.155
Capital de giro	4,25% a.a. + CDI ou 100% CDI ou 9,84% a.a.	144.107	261.165
Total moeda nacional		144.107	277.320
Moeda estrangeira:			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	6,0% a.a.	751	2.515
Capital de giro	6,76% a.a.	101.016	71.600
Pré-pagamento de exportação	4,85% a.a	68.605	64.510
Total moeda estrangeira		170.372	138.625
Total de empréstimos e financiamentos		314.479	415.945
Circulante		95.352	179.142
Não circulante		219.127	236.803

Consolidado

Moeda nacional:	**Encargos em 2022**	**2022**	**2021**
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	7,76% a.a. + TLP ou 5,6% a.a. + TJLP	28.513	46.615
Capital de giro	4,1671% a.a. + CDI ou 4,5% a.a. + TLP ou 9,84% a.a.	151.268	270.781
Total moeda nacional		179.781	317.396
Moeda estrangeira:			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 6% a 6,15% a.a.	751	2.515
Capital de giro	2,4% a.a. + Libor ou 5,3% a.a.	101.016	71.600
Pré-pagamento de exportação	6% a.a. + Libor	68.605	64.510
Total moeda estrangeira		170.372	138.625
Total de empréstimos e financiamentos		350.153	456.021
Circulante		102.029	184.924
Não circulante		248.124	271.097

Os empréstimos e financiamentos foram contratados objetivando o financiamento do capital de giro e a expansão do parque industrial.

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2024	113.293	122.481
2025	58.629	67.043
2026	51.583	57.401
Após 2026	29.004	66.444
	252.509	313.369

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas que requerem o cumprimento de "debt covenants", os quais foram integralmente atingidos em 2022.

As cláusulas restritivas são relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação entre dívida líquida e ebitda igual ou menor que 3,0, os quais foram integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2022.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora							
		Alterações com efeito caixa				Alterações sem efeito caixa		
	Saldo da dívida em 31/12/21	Novas captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Variação cambial e outros	Transfe-rências	Saldo da dívida em 31/12/22
Descrição								
Empréstimos e financiamentos	415.945	194.398	(257.838)	(65.494)	37.043	(9.575)	-	314.479

	Consolidado							
	Saldo da divida em 31/12/21	Novas Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Variação cambial e outros	Transfe-rências	Saldo da divida em 31/12/22
Descrição								
Empréstimos e financiamentos	456.021	194.398	(263.134)	(69.793)	42.237	(9.575)	-	350.154

A Companhia elegeu como política contábil, classificar os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de financiamento, a qual é aplicada de forma consistente.

18 Debêntures

(a) Em junho de 2018, a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória, em Série Única, com vencimento final em 01 de junho de 2023, no montante de até R$ 150.000 correspondentes a 150.000 debêntures. A 2ª emissão de debêntures simples foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinaria realizada em 14 de maio de 2018 e possui as seguintes características: (i) é remunerada por juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano e (i) será amortizada em 17 parcelas trimestrais, com vencimento de julho de 2019 a julho de 2023

- **Montante:** até R$ 150.000.000,00 correspondentes a 150.000 debêntures;
- **Data:** (a) emissão: 01 de junho de 2018 e (b) vencimento: 01 de junho de 2023;
- **Amortização:** Em 17 parcelas iguais trimestrais, a partir do décimo segundo mês, contados da data de emissão;
- **Remuneração:** juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano; e
- **Pagamento da remuneração:** 20 parcelas trimestrais, com vencimento de setembro de 2018 a junho de 2023.

As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação entre dívida líquida e *ebitda* igual ou menor que 3,0, os quais foram integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2022.

Durante o ano de 2018 os debenturistas subscreveram 135.000 debêntures equivalentes ao montante de R$ 135.000, e em 2019 os debenturistas subscreveram o saldo remanescente de 15.000 debêntures equivalentes ao montante de R$ 15.000, totalizando a subscrição de 150.000 debêntures equivalentes ao montante de R$ 150.000.

Em 20 de setembro de 2022, foi efetuado o pagamento antecipado integral da 2ª emissão de debêntures no valor total de R$ 26.861.

(b) Em julho de 2021, a Companhia efetuou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em Série Única, com vencimento final em 16 de agosto de 2027, no montante de até R$ 150.000 correspondentes a 150.000 debêntures. A 3ª emissão de debêntures simples foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinaria realizada em 19 de julho de 2021 e possui as seguintes características: (i) é remunerada por juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescida de sobretaxa de 6,1968% ao ano e (i) será amortizada em 55 parcelas mensais, com vencimento de fevereiro de 2023 a agosto de 2027.

- **Montante:** até R$ 150.000 correspondentes a 150.000 debêntures;
- **Data: (a) emissão:** 11 de agosto de 2021 e (b) vencimento: 16 de agosto de 2023;
- **Amortização:** Em 55 parcelas iguais mensais, a partir do décimo oitavo mês, contados da data de emissão;
- **Remuneração:** juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescida de sobretaxa de 6,1968% ao ano; e
- **Pagamento da remuneração:** 72 parcelas mensais, com vencimento de setembro de 2021 a agosto de 2027.

As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação entre dívida líquida e ebitda igual ou menor que 3,0, os quais foram integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2022.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora					
		Alterações com efeito caixa			Alterações sem efeito caixa	
	Saldo da dívida em 31/12/21	**Novas captações**	**Pagamento de principal**	**Pagamento de juros**	**Despesas com juros**	**Saldo da dívida em 31/12/22**
Descrição						
2ª emissão	53.537	-	(52.941)	(5.339)	4.743	-
3ª emissão	157.282	-	-	(9.830)	18.964	166.416
	210.819	-	(52.941)	(15.169)	23.707	166.416

A Companhia elegeu como política contábil, classificar os juros pagos sobre debêntures como atividades de financiamento, a qual é aplicada de forma consistente.

19 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pelos diretores e a remuneração paga pelos serviços em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 11.227 (R$ 9.647 em 31 de dezembro de 2021).

b. Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui R$ 38 (R$ 3.444 em 2021) de mútuo a receber de partes relacionadas, registradas em seu ativo não circulante. As transações com partes relacionadas, são realizadas conforme condições específicas acordadas entre as partes.

20 Impostos e contribuições à recolher

	Consolidado	
	2022	**2021**
ICMS a recolher	(1.018)	(1.702)
IRPJ a recolher	(14.579)	(2.028)
CSLL a recolher	(5.504)	(1.416)
PIS a recolher	(341)	(508)
Cofins a recolher	(1.679)	(2.328)
IRF a recolher	(357)	(201)
Outros impostos a recuperar	(202)	(85)
	(23.680)	(8.268)
Circulante	(23.304)	(7.563)
Não Circulante	(376)	(705)

21 Arrendamentos mercantil

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 47 contratos de arrendamento de terras para plantio de florestas. Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação. Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de dezoito anos com a opção de renovação após essa data.

O tratamento contábil para esses contratos foi alterado a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme mencionado na nota explicativa 3.h. Os contratos caracterizados como arrendamento, de acordo com CPC 06 (R2), passaram a ser registrados como Ativos de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento. Os demais contratos permaneceram registrados de acordo com a competência da despesa.

A taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 1,0794% a.m. em 31 de dezembro de 2022.

a. Movimentação de passivo de arrendamento

	Controladora e consolidado		
	Arrendamento de terras	**Arrendamento mercantil**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**17.491**	**40.368**	**57.859**
Adições	-	3.825	3.825
Juros apropriados	4.155	2.758	6.913
Pagamentos de principal e juros	(4.382)	(12.180)	(16.562)
Variação cambial e outros	-	43	43
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**17.264**	**34.814**	**52.078**
Adições	3.214	-	3.214
Juros apropriados	157	4.620	4.777
Pagamentos de principal e juros	(5.328)	(15.358)	(20.686)
Variação cambial e outros	-	(335)	(335)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**15.307**	**23.741**	**39.048**

b. Estimativas de realização

	Passivo de arrendamento	Juros	Valor presente dos passivos de arrendamento
2023	12.073	(1.202)	10.871
2024	9.170	(1.196)	7.974
2025	12.825	(1.084)	11.741
2026	2.595	(1.045)	1.550
Após 2026	14.656	(7.744)	6.912
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**51.319**	**(12.271)**	**39.048**

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social subscrito e integralizado está representado por um total de 215.241 ações ordinárias sem valor nominal estão, assim dividido entre os acionistas em 2022:

	%
Vanira Tereza Gomes Adami	30,2539
Jose Adami Neto	19,2623
Victor Batista Adami Filho	17,4896
Diva Adami Telck	13,5800
Mauricio Roberto Adami Telck	7,4809
Mariane Aparecida Telck Adami de A. Pereira	4,5266
Marilia Regina Abdalla Telck	4,5266
Maria Beatriz Adami Rotta	2,8801
	100,00

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

Retenção

É destinada a aplicação em investimentos para expansão e ao reforço de capital de giro.

Nos termos do art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

A assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 26 de abril de 2022, aprovou (i) a subscrição e integralização de capital, mediante a capitalização de reserva de retenção de lucros no montante de R$ 100.000 sem a emissão de novas ações, passando o capital social para R$ 265.000, (ii) a distribuição de dividendos no valor de R$ 9.148. Em 28 de setembro de 2022 foi realizada assembleia geral extraordinária a qual deliberou pela aprovação de R$ 23.000 de dividendos adicionais, os quais foram integralmente pagos em 29 de setembro de 2022.

Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar registra os efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquidos dos efeitos tributários, os quais ainda não foram realizados econômica e financeiramente. Quando da realização efetiva dos ativos biológicos através da exaustão, a parcela exaurida é transferida da reserva de lucros a realizar para lucros acumulados.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

No exercício de 2022, a Companhia creditou aos seus acionistas juros sobre capital próprio no montante de R$ 26.467 (R$ 13.943 em 2021), líquido do imposto de renda na fonte de R$ 3.970 (R$ 2.091 em 2021), o qual foi calculado considerando o limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores e considerando o limite de 50% dos lucros acumulados. O total de juros foi contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da Demonstração do Resultado para o Patrimônio Líquido, sendo apresentados nas destinações de resultados.

A assembleia geral extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2022 alterou o percentual de dividendo mínimo obrigatório de 25% para 10% do lucro apurado em cada exercício social.

	2022	**2021**
Lucro líquido do exercício	140.319	260.154
(-) Reserva legal (5%)	(7.016)	(13.008)
Base de cálculo dividendos	133.303	247.146
Dividendo mínimo obrigatório	13.330	61.786
(-) Juros sobre o capital próprio creditados no exercício, líquido de imposto de renda	(22.497)	(11.851)
Dividendos a pagar	-	49.935

d. Ajuste de avaliação patrimonial

(i) Custo Atribuído

Refere-se ao valor do custo atribuído adotado para determinados bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários registrados no passivo não circulante como imposto de renda e contribuição social diferidos.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial contra a conta de lucros acumulados é realizada quando da alienação ou depreciação dos bens a que se referem.

(ii) Hedge accounting

Refere-se a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justos dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos (nota explicativa 28.c)

Os valores registrados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, no mesmo período em que o item objeto de hedge afeta o resultado.

23 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	Controladora	
	2022	**2021**
Venda de produtos e serviços	1.802.485	1.615.692
Deduções de vendas	(260.796)	(268.538)
Receita operacional líquida	1.541.689	1.347.154

A receita de vendas da Companhia refere-se a venda de papel e embalagens de papelão ondulado, produtos do beneficiamento de madeiras como molduras, painéis de pinus, portas, kits de portas, pellets, e toras de pinus os quais estão concentrados principalmente no mercado brasileiro. A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços são transferidos para o cliente em um determinado momento no tempo, que em geral ocorre na entrega dos produtos aos clientes.

A receita da controlada Chapecozinho Energética S/A, refere-se a venda da produção de energia elétrica entregue ao sistema através do mecanismo de realocação de energia (MRE), sendo reconhecida mensalmente. O faturamento bruto de energia em 2022 foi de R$ 14.120 (R$ 11.132 em 2021).

24 Despesas por natureza

	Controladora	
	2022	**2021**
Matéria prima e materiais de uso e consumo	485.540	509.685
Despesas com pessoal	186.165	160.870
Despesas com frete	151.652	105.967
Depreciações e amortizações	36.125	34.230
Exaustão	101.387	76.306
Suprimentos Industriais	31.635	25.234
Manutenção	31.186	24.514
Energia elétrica	23.413	23.225
Despesas com comissões	29.855	39.247
Benefícios a empregados	21.268	13.427
Outras receitas e despesas	79.742	(58.522)
	1.177.968	954.183
Classificação por função		
Custo dos produtos vendidos	840.688	693.361

Vendas	249.975	184.411
Administrativas	87.305	76.411
	1.177.968	954.183

25 Outras receitas e despesas

	Controladora	
	2022	**2021**
Ganho líquido na alienação de bens	1.347	2.232
Provisão para perda créditos fiscais	(130.584)	(300)
Outras receitas e despesas	3.948	(5.309)
	(125.289)	(3.377)

26 Receiras financeiras e despesas financeiras

	Controladora	
Receitas financeiras	**2022**	**2021**
Variações cambiais ativas	76.583	64.555
Juros de aplicações financeira	23.253	6.893
Variações monetárias ativas	-	15
Outras receitas financeiras (i)	11.794	324
	111.630	71.787
Despesas financeiras		
Variações cambiais passivas	(84.068)	(75.721)
Juros sobre financiamentos	(75.853)	(59.342)
Perdas com derivativos (nota explicativa 28.c)	(12.001)	(20.708)
Juros sobre arrendamento mercantis (nota explicativa 22.c)	(157)	(4.155)
Outras despesas financeiras	(221)	(401)
	(172.300)	(160.327)
Resultado financeiro líquido	(60.670)	(88.540)

(i) Refere-se principalmente a atualização dos créditos tributários reconhecidos no exercício, mencionados na nota explicativa 10.

27 Fundo de Investimentos em direitos creditórios

A Companhia realizou operações com FIDC Adami - Adami Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, iniciado no período de dezembro de 2017 e tendo sua liquidação ocorrida em 20 de julho de 2022. Sendo emitido balanço de encerramento, o qual foi auditado, com parecer emitido em 31 de outubro de 2022.

28 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada mantém operações com instrumentos financeiros principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam transações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

a. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Ativo				
VJR				
Caixa e equivalentes de caixa	302.982	118.436	308.966	123.050
Aplicações financeiras	22.913	75.910	24.086	76.954
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	4.369	916	4.369	916
	330.264	195.262	337.421	200.920
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	333.888	273.451	335.045	273.451
Depósitos judiciais	5.790	5.764	5.790	5.764
Fundo de investimentos em direitos creditórios	-	9.494	-	9.494
Dividendos a receber	1.096	4.232	1.096	4.232
Mútuos com partes relacionadas	38	3.444	38	3.444
Outras contas a receber	30.292	24.919	30.543	26.063
	371.104	321.304	372.512	322.448
Passivo				
Custo amortizado				
Fornecedores	(101.885)	(90.877)	(102.162)	(91.142)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(480.895)	(626.764)	(516.569)	(666.840)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(15.425)	(57.007)	(15.425)	(57.007)
Passivo de arrendamento	(39.048)	(52.078)	(39.048)	(52.078)
Outras contas a pagar	(62.780)	(75.962)	(62.780)	(76.002)
	(700.033)	(902.688)	(735.984)	(943.069)
VJR				
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	(18.387)	(2.199)	(18.387)	(2.199)

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em

diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os Diretores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos que a Companhia está exposta, os quais são:

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia, com a aplicação em entidades com baixo risco de crédito. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia possui uma carteira de clientes muito pulverizada. Em 2022 foram efetuadas vendas para aproximadamente 1.351 clientes individuais e o maior cliente representou 16% das receitas totais. O risco da carteira é administrado por meio de processo de concessão de crédito, bem como registrando, periodicamente, provisão para perda de crédito esperada .

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os

fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

Uma composição do saldo do contas a receber por idade de vencimento está demonstrado na nota explicativa 7.

Caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras
A Companhia detinha Caixa e equivalentes de caixa de R$ 308.966 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 123.050 em 2021).
A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' em um montante suficiente para às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do Contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à Fornecedores e outras contas a pagar.

Um demonstrativo da composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por ano de vencimento está demonstrada nas notas explicativas 17 e 18.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio
Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

Hedge Accounting de fluxo de caixa
Em abril de 2018 a Companhia passou a adotar o Hedge Accounting de fluxo de caixa com o objetivo de mitigar os riscos que variação cambial desses fluxos de caixa em moeda estrangeira. A companhia não possuía instrumentos de hedge em 31 de dezembro de 2022.

A exposição contábil da Companhia e sua controlada estavam assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	2022	
	Moeda estrangeira (US$ mil)	R$
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	9.472	49.424
Contas a receber	3.709	19.257
Passivo		
Fornecedores	(1.185)	(6.185)
Empréstimos	(32.653)	(170.372)
Contratos de Swap	(3.524)	(18.387)
Exposição líquida	(24.181)	(126.263)

Análise de sensibilidade de variação cambial:

			Consolidado									
			(perdas) / ganhos financeiros									
Operação	**Risco**	**2022**	**Queda 25%**		**Queda 50%**		**Cenário Provável**		**Aumento 25%**		**Aumento 50%**	
		US$	**Indexador**	**R$**	**Indexador**	**R$**	**Indexador**	**R$**	**Indexador**	**R$**	**Indexador**	**R$**
Disponivel	Aumento da taxa cambial	9.472	3,90	(12.314)	2,60	(24.628)	5,20	49.730	6,50	12.314	7,80	24.628
Contas à receber	Aumento da taxa cambial	3.709	3,90	(4.821)	2,60	(9.642)	5,20	19.470	6,50	4.821	7,80	9.642
Fornecedores	Aumento da taxa cambial	(1.185)	3,90	1.541	2,60	3.082	5,20	(6.185)	6,50	(1.541)	7,80	(3.082)
Empréstimos	Aumento da taxa cambial	(32.653)	3,90	42.448	2,60	84.897	5,20	(170.372)	6,50	(42.449)	7,80	(84.897)
		(20.657)		26.854		53.709		(107.357)		(26.855)		(53.709)

Análise de sensibilidade de variações de indexadores

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos principais ativos e passivos financeiros que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2022, foram analisados às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (cenário provável), a Companhia entende que o impacto é irrelevante.

			Consolidado									
			(perdas) / ganhos financeiros									
Operação	**Risco**	**2022**	**Queda 25%**		**Queda 50%**		**Cenário Provável**		**Aumento 25%**		**Aumento 50%**	
		R$	**Indexador**	**R$**	**Indexador**	**R$**	**Indexador**	**R$**	**Indexador**	**R$**	**Indexador**	**R$**
Aplicações Financeiras	Aumento do CDI	112.284	9,56	(357.906)	6,38	(715.812)	12,75	(112.284)	15,94	357.906	19,13	715.812
Empréstimos	Aumento do CDI	(150.632)	9,56	480.140	6,38	960.280	12,75	(1.028.817)	15,94	(480.140)	19,13	(960.280)
Arrendamento mercantil	Aumento do CDI	(21.139)	9,56	67.380	6,38	134.760	12,75	(173.338)	15,94	(67.380)	19,13	(134.760)
		(59.487)		189.614		379.228		(1.314.439)		(189.614)		(379.228)
Aplicações Financeiras	Aumento do IPCA	63.879	4,11	(87.515)	2,74	(175.029)	5,48	(28.107)	6,85	87.515	8,22	175.029
Debêntures	Aumento do IPCA	(166.416)	4,11	227.990	2,74	455.980	5,48	73.223	6,85	(227.990)	8,22	(455.980)
Empréstimos	Aumento do TJLP	(27.632)	5,53	50.911	3,69	101.823	7,37	(40.066)	9,21	(50.911)	11,06	(101.823)
Empréstimos	Aumento do TLP	(881)	4,56	1.339	3,04	2.679	6,08	(749)	7,60	(1.339)	9,12	(2.679)
Empréstimos	Aumento da SOFR	(101.016)	2,87	96.471	1,91	192.941	3,82	73.742	4,78	(96.471)	5,73	(192.941)
		(232.066)		289.196		578.394		78.043		(289.196)		(578.394)

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos.

A Companhia operou com instrumentos financeiros que resultaram em perda líquida de R$ 12.001 durante o exercício de 2022 (perda de R$ 20.708 em 2021) os quais foram registradas na rubrica de despesas financeiras e receitas financeiras (nota explicativa 26), e geraram reconhecimento conforme demonstrado abaixo.

	Controladora e Consolidado	
	2022	**2021**
Valor justo de derivativos registrado como receita financeira (nota explicativa 26)	48.286	34.282
Valor justo de derivativos registrado como despesa financeira (nota explicativa 26)	(36.285)	(13.574)
Resultado líquido dos efeitos da marcação de instrumentos financeiros ao valor justo	12.001	20.708

Os valores dos ativos foram registrados através da marcação ao mercado dos instrumentos de proteção cambial denominados swaps, que possuem como objetivo a proteção dos empréstimos em moeda estrangeira, com valor nominal ("notional") de R$ 101.016 (USD 19.360), que apresentaram a marcação ao valor justo de (R$ 14.018). Abaixo apresentamos os efeitos do registro deste instrumento derivativo.

	Controladora		**Consolidado**	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Valores a receber derivativos registrados no ativo circulante e não circulante	4.369	916	4.369	916
Valores a pagar derivativos registrados no passivo circulante e não circulante	(18.387)	(2.199)	(18.387)	(2.199)

29 Eventos Subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva (decisão em repercussão geral), a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. Desta forma, a Companhia, de acordo com o CPC 24 e 25, especificamente relacionado ao tema da ação judicical de créditos de IPI na aquisição de produtos isentos, não tributados e com alíquota zero, conforme mencionado na nota explicativa 12, avaliou tratar-se de um evento subsequente que gera ajuste nas estimativas.